



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

**ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA,
BRASÍLIA, DF, 14 DE FEVEREIRO DE 1995**

Olha, eu não quero impedir que a gente almoce, até porque chega uma certa hora e o estômago fala mais forte. Mas eu gostaria de, antes de começarmos o nosso almoço, dizer algumas palavras, breves. Primeiro, para agradecer a presença tão expressiva das lideranças sindicais que aqui se encontram e do pessoal da CUT, que me pediu desculpas por não poder estar aqui o Vicentinho, mas me entregou aqui um documento com as suas opiniões; e agradecer muito a vocês esta oportunidade que temos de conversar sobre assuntos que são de interesse nacional.

Espero que os Ministros que aqui estiveram para expor algumas linhas, algumas diretrizes sobre o que o Governo, neste momento, está pensando quanto à reforma, às emendas da Constituição, tenham tido a oportunidade de, com mais vagar, apresentar as razões pelas quais o Governo acredita que se deva mover na direção de algumas modificações, de algumas alterações na nossa Constituição.

Essas razões não são nem desconhecidas, nem são razões que não tenham sido já apresentadas, até porque, quando fui candidato à Presidência da República, eu expus, com muita clareza, o meu pensamento a respeito de praticamente todos esses tópicos e creio que a votação que

tive, mais até do que legitima, me obriga a que cumpra as propostas que tinham sido apresentadas.

Emendas à Constituição são sempre matérias muito complexas, e, em matéria constitucional, ninguém pode presumir que tenha a verdade absoluta e nem ela pode ser objeto simplesmente de imposição. Embora eu tenha a obrigação de apresentar emendas na direção do que expus na campanha, do que eu penso, o Governo pensa e os partidos que apóiam o Governo pensam, não se faz reforma constitucional na base de rolo compressor. Esse nunca foi meu ponto de vista como Senador, e não há de ser agora, como Presidente da República, que vou mudar de opinião. É uma matéria que será debatida com o País, com a sociedade, como nós estamos fazendo agora, aqui. Com os congressistas, será naturalmente objeto de aperfeiçoamento, mas nós temos que dar a nossa posição e precisamos justificar ao País o porquê dessas posições.

Tenho muita confiança no País, no Brasil, no futuro do Brasil. Acho que estamos vivendo um momento excepcional e que, talvez, não o estejamos vivendo com aquele sentimento de grandeza e de responsabilidade também que ele propicia. Nós, hoje, temos efetivamente um país que está pronto para dar saltos maiores.

Eu me recordo – muitos de nós aqui conversamos, quando eu era Ministro da Fazenda – dos temores sobre o Real, dentro do Governo e fora do Governo: “Vai acabar com o salário dos trabalhadores. Vai produzir desemprego. Produz recessão.” Agora, está aí. Não aconteceu nada disso. Houve aumento da massa real de salários, houve aumento efetivo de salário, ninguém lesou direito algum, não há uma ação na justiça, uma ação contra o Real. Houve uma expansão sustentada da economia. Nós estamos vivendo uma fase de expansão da economia. E isso foi possível porque nós resistimos. Eu resisti, vocês sabem disso, às pressões, porque, à primeira vista, parecia que não dava para fazer nada.

Agora é mais fácil, porque já temos uma economia que está em funcionamento, já temos uma moeda que deu sinais de que ela é forte, de que ela tem condições de ser forte, não porque mudou o nome, mas pelo trabalho que fizemos antes, que foi de reorganizar os orçamentos,

discutir com os partidos, com o Congresso, cortar despesa, dizer “não”, como eu disse, a um aumento de salário, quando não era possível.

Eu disse ao Deputado Paim mais tarde: “Você pediu um, Paim, por mês ou ano, sei lá o quê. Vamos dar um, diário. Mas agora pode.” Quando pode, deve-se fazer. Quando não pode e faz-se, é demagogia. Isso eu não faço. Isso vale porque eu estou dizendo isso sobre salário mínimo a líderes sindicais. A razão pela qual eu vetei é porque aquele projeto dava um gasto irresponsável, porque não dizia de onde vinha o recurso. Quando se faz um gasto irresponsável, está-se jogando no lombo do trabalhador o custo dessa demagogia, porque o que se dá com uma mão a inflação tira com a outra. Isso eu não faço, até porque o País não quer. O País quer ter uma moeda estável, isso sim. Vamos criar condições para aumentar o salário mínimo. Querem? Eu quero.

Vamos votar leis que permitam dizer de onde é que vem o dinheiro, como é que se recompõe. Porque que é uma vergonha o salário de 70 reais, todo mundo sabe, como também é vergonha o de cem reais. Não é essa a questão. Isso é questão demagógica. Quem quiser atacar, ataque. É um ataque fácil. Mas ponha-se, quem tenha boa-fé, no meu lugar e vai ver que eu não tenho alternativa a não ser agir responsabilmente, criar condições para não mentir para o trabalhador, para fazer as coisas de que o Brasil precisa.

Estou dizendo isso a vocês com toda a franqueza, como sempre falei, porque, hoje, ou a gente fala com franqueza e tem um diálogo realmente aberto e sincero, ou não se avança.

Seria hipocrisia, isso sim, se eu não tivesse a intenção efetiva de melhorar e se eu não tivesse tomado medidas concretas para melhorar. Aí, é só postergar. Não é o caso do Governo. Nós as estamos tomando, e vocês vão ver, dentro de poucos dias, no Congresso, que nós estaremos enviando medidas que permitem avanços.

Olha, o Brasil já amadureceu, a liderança sindical também. Ela sabe disso. Nós temos que dizer, com muita tranquilidade, a verdade ao País e não ter medo de demagogos. Quando for demagogia, dizer: “Olha, isso é demagogia, isso não resolve, isso engana, e eu não sou enganador.” Como nós aqui não somos.

A mesma coisa com a reforma constitucional. Podemos estar errados aqui e ali, uns ou outros, mas que é preciso mudar é preciso.

Tomem os casos mais difíceis, que são sempre os melhores para se discutir. Ainda ontem, eu fui lá, ao Paraná, a sua terra, e lá os pais de alunos perguntaram: “Como é que vai se fazer com a questão das aposentadorias? Não é possível, porque os professores têm que ter aposentadoria especial.” Eu disse: “Acho ótimo, mas, agora, quem é que paga?” Se tiver quem pague, é muito fácil. Eu estou de acordo. Mas quem paga? O povo? O povo vai pagar para mim – eu sou professor –, vai pagar para eu me aposentar mais cedo? É o povo, é o trabalhador que está na fábrica! Porque é ele quem vai pagar. O Governo não faz dinheiro. Quando faz, há inflação; portanto, é um outro imposto. Então, quem paga? Vamos discutir com objetividade.

Devo dizer – o Ministro do Trabalho sabe disso, o da Previdência também e o da Administração também – que, do ponto de vista do Governo atual, não precisa mexer em nada disso, a Previdência não precisa ser tocada, porque qualquer mexida, hoje, na Constituição não vai beneficiar este Governo, que tem quatro anos de duração. Vai beneficiar, isso sim, daqui a dez, 15, 20 anos. Mas, se não tomarmos as medidas já, daqui a dez, 15, 20 anos não vamos poder fazer o que podemos fazer agora: garantir o direito adquirido.

Para que possamos, como vamos fazer, garantir o direito adquirido e fazer com que as expectativas de direito possam ser atendidas, nós precisamos mudar já, porque, senão, daqui a 10 anos, quebra a Previdência, como em outros países já quebrou, e aí não tem nem direito adquirido, nem expectativa de direito. É um gesto brusco da sociedade: não tem como pagar, não paga.

Ora, minha obrigação como Presidente da República não é de apenas olhar pelo meu mandato. Se fosse para olhar para o meu mandato, eu diria: “Não vou mexer em nada, porque nós não vamos ganhar um tostão com a reforma constitucional da Previdência, um tostão, porque vamos manter os direitos adquiridos e as expectativas de direito.”

Mas e o futuro? Ou vou fazer com os que vêm pela frente – não só com os governantes, mas com o País que vem pela frente – o que fize-

ram os que nos antecederam, que nos deixaram, com exceção de alguns presidentes que agiram bem, uma montoeira de problemas sociais acumulados. E, agora, cobra-se resolução. Assisti de perto ao Presidente Itamar Franco fazendo um esforço enorme por causa da pressão imensa de problemas, a mesma que eu tenho, tudo de uma vez. Herança de quê? Da irresponsabilidade de quem não pensou no futuro. Então, nós vamos pensar no futuro e garantir os direitos adquiridos, como fizemos quando elaboramos o Plano Real e dissemos: "Nós não vamos quebrar contratos." Não é preciso ninguém se aposentar correndo, sobretudo o setor público, onde há um frenesi. Não precisa. Pensem no Brasil, não pensem só em si, meu Deus do céu! Nós estamos agindo com clareza, com limpeza de procedimento, mas vamos enfrentar o problema, vamos perguntar à sociedade o que é que ela quer fazer, como é que ela quer manter um país em que você, daqui a muito pouco tempo, vai ter mais de um aposentado por um na ativa. Quem é que paga?

Sabe o que aconteceu com a folha de salário da União? Os ministros disseram que, de 1992 para 1995, passou de 16 bilhões para 33 bilhões de reais. E o salário, por acaso, aumentou nessa mesma proporção? Não, não aumentou. Por quê? Porque a folha dos inativos cresceu mais depressa do que a folha dos ativos. Então, não dá para aumentar salários, aumentar as aposentadorias, fazer aposentadorias mais cedo, especiais. Não dá. É uma questão que tem limites, que não são limites dados pelo Governo, são limites reais. Vamos enfrentar isso.

Essa reforma só pode ser para o bem do País e do povo. Quem pensar contra a reforma, quem pensar que tem que se defender da reforma desista. Não tem que se defender, porque, se for uma coisa prejudicial, não é para fazer. São reformas para melhorar o País, reforma para melhorar o povo, reforma para poder aumentar o salário real, reforma para poder aumentar o emprego, reforma para poder aumentar o investimento, reforma para poder dar benefícios mais condizentes com o de que a sociedade precisa, no lado positivo. Não tem que se defender de reforma. Tem que se defender da inércia, da demagogia, da falta de coragem de enfrentar os problemas. Isso o Brasil não aceita mais. Disso é que nós temos que nos defender. Nós temos que ter um

país vigoroso, com lideranças firmes, apoiadas na convicção e na capacidade de demonstrar, de argumentar para o País que estão indo no caminho que é necessário.

Outro dia, eu disse – e vou repetir aqui – aos empresários: “A política não é a arte do possível, não. É a arte de tornar possível o necessário.” Se a política for a arte do possível, nós não vamos nos acomodar sempre, porque em toda parte se diz “não”. Você mexeu um pouquinho, e tem interesse constituído aqui, interesse constituído ali, de todos os setores da sociedade. Então, você não mexe. Mas isso vai se acumulando, acumulando, acumulando. Acumulou tanto que agora está na hora de nós enfrentarmos. Só vamos enfrentar bem se enfrentarmos juntos, juntos. Quer dizer, não é enfrentar tirando do bolso do colete uma medida salvadora, porque não dá certo. É enfrentar discutindo, analisando, indo a fundo nas questões, mas indo a fundo e sem medo, sem medo.

Vamos ver. Se estivermos errados, a gente muda, pois nós queremos fazer as coisas certas. Agora, quem estiver errado tem que ter a mesma disposição de mudar e tem que esquecer de posar para a platéia. É fácil posar para a platéia, mas não dá certo no médio prazo. Nós já vimos muito impostor arrebentar-se nas urnas e outros tantos no Governo, porque foram impostores. Não me refiro à última eleição em que os contendores não foram impostores e até tiveram a coragem de dizer que erraram, que perceberam de forma equivocada o processo político. Isso é atitude correta, como eu faço, e farei, se me mostrarem que eu estou errado aqui ou ali, com a maior tranquilidade, porque reconhecer o erro só engrandece, não prejudica ninguém.

Agora, eu preciso, o Brasil precisa da cooperação dos senhores e das senhoras, precisa, porque ele vai mudar. O Brasil já mudou, a sociedade já mudou. Às vezes, as teias de aranha na gente não permitem ver as mudanças, e nós ficamos julgando o presente e o futuro com o olhar do passado. Não dá certo. O que foi certo num momento não é certo no momento seguinte, necessariamente, porque as condições mudam.

Nós, hoje, temos que competir internacionalmente, queiramos ou não. Não é o Brasil que está com a economia internacionalizada. Eu vou repetir aqui uma frase que ouvi do Secretário de Relações Internacio-

nais do Partido Comunista Italiano, quando ele existia, chamado Napolitano. Ele veio ao Brasil e disse o seguinte: “Olha, a internacionalização” – disse há muitos anos isso – “da economia é um processo real. O problema é saber se nós vamos nos internacionalizar ou se eles vão nos internacionalizar.” Ou seja, ou nós colocamos, em termos razoáveis dos interesses nacionais, o processo de integração da economia, ou ela vem sem que nós possamos dizer qual é o melhor caminho.

O mundo é assim, hoje: internacionalizado. Tem uma crise no México. O Brasil não tem nada a ver com a crise do México, a situação nossa é completamente diferente, a não ser para os de má-fé, que ficam repetindo: “Sou neoliberal, neoliberal.” Paciência. Quem nasceu bobo morre bobo, se não fizer uma boa escola. Então, vai repetir: “Sou neoliberal.” Está bom, pode repetir *ad nauseam*. Mas não é verdade. Nós fizemos um caminho nosso, como fizemos com o Real o caminho nosso. Não que seja virtude ser nosso; podia não ser – mas o Brasil tem peculiaridades: é um país já industrializado, que tem uma sociedade que vibra, que reage; e é aberto.

Nós não temos nada a ver com o caminho mexicano, nada, nem política nem economicamente. Infelizmente, socialmente lá têm as mazelas que temos aqui também, e vice-versa. Pois bem. Não obstante, é claro que a crise mexicana dá uma confusão no mundo. Dá na Ásia, dá em toda parte. Por quê? Porque as economias são internacionalizadas.

Nós temos que nos preparar para competir nesse mundo em que a educação passa a ser vital, central. Não tem jeito: se as pessoas não se informam e não têm capacitação, não vão ter emprego. Onde o desemprego é um problema estrutural, nós temos que ter mecanismos. Aqui, ainda podemos, porque temos agricultura, temos terra, ainda há um dinamismo grande de absorção de mão-de-obra. Mas nós temos de olhar para o futuro, quando isso vai diminuir. Portanto, temos que aumentar a educação, temos que aumentar o lazer, temos que criar condições de distribuição de renda, enfim, temos que estar prontos para esse mundo.

Agora, nós não vamos estar prontos para esse mundo se você tem, na nossa Constituição, uma porção de aspectos arcaicos. E eu votei muitos

deles de boa-fé, assim como, quando mudo, mudo de boa-fé. E não fui o único, não. O Jobim e eu fomos Relatores Adjuntos da Constituição. Falamos aqui com todo o conhecimento de causa. Sabemos – o Vice-Líder acompanhou a Constituição lá – o que aconteceu, de boa-fé. Nós temos aspectos da Constituição que são arcaicos, que ficaram arcaicos depressa, porque o mundo mudou depressa. E nós vamos ter que alterar esses aspectos que são arcaicos. Isso não tem nada a ver com os direitos sociais, porque esses não são arcaicos. Não tem nada a ver com democracia, direitos democráticos, direitos sociais, nada disso. Nós temos é que criar condições para que esses direitos possam ser assegurados e exercidos. Aí, tem-se que mudar aspectos fundamentais, pensando, como eu disse há pouco, não só no hoje, como no amanhã e, depois, em como é que vamos perpetuar esses direitos. Não adianta ter direito agora para acabar com ele logo em seguida.

Isso precisa de uma conversa muito franca, que espero que, neste encontro, agora, esteja só no início, porque esse processo é longo, e nós nem começamos a aflorar a questão que mais vai diretamente afetar os sindicalistas e interessar-lhes, que são as relações de trabalho, que o Ministro está agora começando a apalpar. E tem que ser em conjunto. Como é que vamos preparar relações de trabalho que sejam condizentes com o estado atual da tecnologia, da organização econômica, do sistema produtivo, das relações internacionais? Como é que vamos fazer com o Mercosul? Como é que vamos competir nessa área também? Quer dizer, nós estamos começando a discutir essas questões.

Então, eu gostaria muito de que este encontro fosse apenas o primeiro deles, em que nós, num processo contínuo de discussão, de oposição, e evidentemente de negociação, de modificação e também de aceitação, pudéssemos fazer aquilo que o Brasil todo espera de nós: que tenhamos a coragem de dizer “não” à demagogia e “sim” à responsabilidade. “Não” à demagogia e “sim” à responsabilidade.

Se for necessário, criam-se as condições políticas para realizar o necessário, e não cruzamos os braços ou dizemos as frases que provocam aplausos, que eu sei fazer, todos nós sabemos, é muito fácil fazer, mas eu me recuso a fazer, porque não estaria à altura de alguém que teve a

confiança da imensa maioria do povo brasileiro. E eu não tive essa confiança para ceder ao primeiro bufo ou ao primeiro arreganho que diz: “Ah, está errado.” Não: tenho convicções – que mudam, porque a convicção, a não ser a das pessoas de crença, quando se forma na análise política ou científica, está baseada em pressupostos e, quando esses pressupostos não se sustentam mais, têm que terminar. E terminam dizendo-se, como na famosa frase do cientista sobre quem se move ao redor, o Sol ou a Terra – o cientista sabia a verdade, mas foi obrigado a dizer a mentira, no final –, o que ele disse: “*E pur si muove*.” Entretanto, não é assim: move-se ao contrário.

Bom, aqui não vamos precisar dizer “*e pur si muove*”, porque vamos dizer o tempo todo aquilo que achamos que é a nossa convicção. Agora, se a nossa convicção estiver errada, aí nós temos que dizer: “Ê, tinha razão, não é o Sol que gira em redor da Terra; é a Terra que gira em redor do Sol.”

Nós vamos ter que girar, nós todos, ao redor dos interesses do povo brasileiro, e não fazer com que os interesses do povo brasileiro se acomodem aos nossos preconceitos ou àquilo que nós achamos, de boa-fé, certamente, que é uma verdade absoluta, e que a prática já demonstrou que não é. Vamos juntos mudar o Brasil. Tenho certeza de que assim faremos um Brasil melhor.

Muito obrigado.